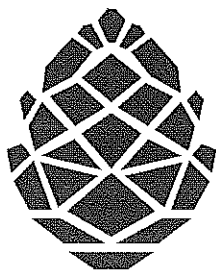


DOCUMENTAÇÃO DE APOIO

5. CERTIFICAÇÃO LEGAL DE CONTAS

RELATÓRIO SEMESTRAL PRESTADA PELO AUDITOR EXTERNO, RESPONSÁVEL PELA CERTIFICAÇÃO LEGAL DE CONTAS, SOBRE A RESPECTIVA SITUAÇÃO ECONÓMICA E FINANCEIRA. APRECIÇÃO.



CARREGAL DO SAL
Câmara Municipal

**CÓPIA DE PARTE DA ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA
DA CÂMARA MUNICIPAL DE CARREGAL DO SAL,
REALIZADA NO DIA 23 DE NOVEMBRO DE 2018**

----- **"CERTIFICAÇÃO LEGAL DE CONTAS"** -----

----- 14. CUMPRIMENTO DOS DEVERES DE INFORMAÇÃO RESULTANTES DO ESTI-
PULADO NO N.º 2 DO ARTIGO 77.º DA LEI N.º 73/2013, DE 03 DE SETEMBRO. ANÁLISE
E DELIBERAÇÃO DA CÂMARA MUNICIPAL. -----

----- (*Documento registado nos serviços camarários, em 2018/11/19, sob o n.º
1714*).- -----

----- Foi presente, na reunião, a informação número trinta e seis, datada de dezanove
do corrente mês e ano, subordinada ao assunto supramencionado, que capeava o "Re-
latório do Auditor Externo sobre a informação financeira do 1.º semestre de 2018",
dando cumprimento ao preceituado na alínea d) do número dois do artigo septuagés-
simo sétimo do Regime Financeiro das Autarquias Locais e Entidades Intermunicipais,
aprovado pela Lei número setenta e três, barra dois mil e treze, datado de três de se-
tembro, na sua redação atual. -----

----- A Câmara Municipal tomou conhecimento sobre o conteúdo do Relatório e de-
cidiu por unanimidade submeter a respetiva documentação para apreciação da As-
sembleia Municipal." -----

----- **ESTÁ CONFORME O ORIGINAL.** -----

----- Paços do Município de Carregal do Sal, 27 de novembro de 2018. -----

----- O Chefe de Divisão de Administração Geral, -----

----- António Manuel Ribeiro. -----



Despacho

A Revisão da Câmara

Carregal do Sal, aos 19/11/2018.

O Presidente da Câmara,



(Rogério Mota Abrantes)

Despacho de transição



Apresentado à Câmara Municipal

☒ reunião ordinária de 2018/11/27

☐ reunião extraordinária de 1/1/

Resultado:

*A Câmara Municipal
aprecia o Relatório e decisão sub-
meter à Assembleia Municipal
para aprovação.*

O Chefe de Divisão

Parecer/Informação DFP 36/2018

Data: 19/11/2018

Registo nº -

Assunto:

Certificação legal de Contas – cumprimento dos deveres de informação resultantes do estipulado no n.º 2 do artigo 77.º da Lei n.º 73/2013, de 03 de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 51/2018, de 16 de Agosto.

Exm.º Senhor Presidente,

Reporto-me ao assunto acima mencionado.

Em cumprimento da legislação supra citada, segue em anexo para apreciação dos órgãos executivo e deliberativo, relatório do auditor externo responsável pela certificação legal de contas da entidade sobre a informação financeira do 1.º semestre de 2018.

É tudo que se pode informar acerca do assunto.

À consideração de V.ª Ex.ª.

O Chefe da Divisão Financeira e Património,

António J. M. Martins
António J. M. Martins



RELATÓRIO DO AUDITOR EXTERNO SOBRE A INFORMAÇÃO FINANCEIRA DO 1.º SEMESTRE DE 2018

INTRODUÇÃO

1. Para os efeitos do artigo 77.º n.º 2 alínea d) da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, apresenta-se relatório informativo sobre a situação económica e financeira do **Município de Carregal do Sal**, reportada ao período de 6 meses findo em 30 de junho de 2018, incluída nos Mapas de Execução Orçamental (que evidenciam um total de 3.371.923,04 euros de despesa paga e um total de 6.470.715,15 euros de receita cobrada), no Balanço (que evidencia um total de ativo líquido de 38.488.395,07 euros e um total de fundos próprios de 26.844.134,88 euros, incluindo um resultado líquido intercalar negativo de 82.488,26 euros) e na Demonstração dos resultados.
2. As quantias das demonstrações financeiras, bem como as da informação financeira adicional, são as que constam dos registos contabilísticos.

RESPONSABILIDADES

3. É da responsabilidade do Órgão Executivo Municipal:
 - a) a preparação de informação financeira histórica e orçamental de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites;
 - b) a adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados;
 - c) a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado;
 - d) a informação de qualquer facto relevante que tenha influenciado a atividade, a execução orçamental, a posição financeira ou os resultados da entidade; e
4. A nossa responsabilidade consiste em analisar a informação financeira e orçamental contida nos documentos acima referidos, competindo-nos emitir um relatório profissional e independente baseado no nosso trabalho.

ANÁLISE ORÇAMENTAL

5. A execução orçamental revela os valores e a evolução a seguir representados:



Mapa 1 – Execução Orçamental da Despesa (em Euros)

Classif. Económica da Despesa		Dotação Corrigida	Compromissos assumidos	Saldo	Grau Exec. efectiva	Despesas pagas	Saldo	Grau Exec. Org. Jun 18	Grau Exec. Org. Jun 17	Grau Exec. Org. Dez17
Cl.	Designação									
1	Despesas com o pessoal	2 817 130,00	2 641 990,04	175 139,96	93,78%	1 298 576,52	1 518 553,48	46,10%	47,56%	93,07%
2	Aquisição de bens e serviços	2 698 497,26	1 281 764,07	1 416 733,19	47,50%	1 066 230,38	1 632 266,88	39,51%	41,27%	82,35%
3	Juros e outros encargos	15 000,00	11 880,38	3 119,62	79,20%	5 627,27	9 372,73	37,52%	33,81%	63,05%
4	Transferências correntes	411 510,00	249 559,86	161 950,14	60,64%	207 569,27	203 940,73	50,44%	44,63%	90,56%
5	Subsídios	0,00	0,00	0,00	n.a.	0,00	0,00	n.a.	n.a.	n.a.
6	Outras despesas correntes	60 500,00	22 772,06	37 727,94	37,64%	22 682,06	37 817,94	37,49%	51,86%	70,35%
	DESPESAS CORRENTES	6 002 637,26	4 207 966,41	1 794 670,85	70,10%	2 600 685,50	3 401 951,76	43,33%	44,56%	87,77%
7	Aquisição de bens de capital	7 026 466,00	871 211,13	6 155 254,87	12,40%	461 642,23	6 564 823,77	6,57%	10,16%	36,42%
8	Transferências de capital	390 515,00	129 536,67	260 978,33	33,17%	49 953,56	340 561,44	12,79%	22,50%	37,04%
9	Activos financeiros	53 700,00	40 264,50	13 435,50	n.a.	20 132,25	33 567,75	n.a.	n.a.	n.a.
10	Passivos financeiros	380 000,00	379 730,36	269,64	99,93%	185 509,50	194 490,50	43,82%	46,63%	98,48%
11	Outras despesas de capital	0,00	0,00	0,00	n.a.	0,00	0,00	n.a.	n.a.	n.a.
	DESPESAS DE CAPITAL	7 850 681,00	1 420 742,66	6 429 938,34	18,10%	717 237,54	7 133 443,46	9,14%	14,52%	41,99%
	TOTAL DE DESPESAS	13 853 318,26	5 628 709,07	8 224 609,19	40,63%	3 317 923,04	10 535 395,22	23,95%	30,67%	66,45%

Mapa 2 – Execução Orçamental da Receita (em Euros)

Classif. Económica da Receita		Previsões	Receita Cobrada		Grau Exec.	Grau Exec.	Grau Exec.
Cl.	Designação	Corrigidas	Líquida	Saldo	Jun 18	Jun 17	Dez 17
1	Impostos directos	1 083 005,00	652 374,51	-430 630,49	60,24%	61,37%	107,61%
2	Impostos indirectos	24 757,00	11 374,14	-13 382,86	45,94%	98,33%	129,39%
4	Taxas, multas e outras penalidades	459 267,00	244 619,16	-214 647,84	53,26%	57,46%	112,11%
5	Rendimentos da propriedade	284 404,00	84 148,88	-200 255,12	29,59%	49,50%	98,34%
6	Transferências correntes	4 175 440,00	2 025 054,63	-2 150 385,37	48,50%	49,06%	100,27%
7	Venda de bens e serviços correntes	164 865,00	42 693,14	-122 171,86	25,90%	53,67%	102,64%
8	Outras receitas correntes	1 503,00	695,00	-808,00	46,24%	153,08%	258,98%
	RECEITAS CORRENTES	6 193 241,00	3 060 959,46	-3 132 281,54	49,42%	52,05%	102,43%
9	Venda de bens de investimento	28 517,00	50 456,00	21 939,00	176,93%	2788,89%	14173,33%
10	Transferências de capital	4 836 761,00	709 515,02	-4 127 245,98	14,67%	14,20%	38,85%
11	Activos financeiros	0,00	0,00	0,00	n.a.	n.a.	n.a.
12	Passivos financeiros	0,00	0,00	0,00	n.a.	n.a.	n.a.
13	Outras receitas de capital	150 479,00	0,00	-150 479,00	0,00%	0,00%	0,00%
	RECEITAS DE CAPITAL	5 015 757,00	759 971,02	-4 255 785,98	15,15%	14,35%	39,55%
15	Reposições não abatidas nos pagamentos	1 098,00	6 562,41	5 464,41	597,67%	120,30%	1086,35%
16	Saldo da gerência anterior	2 643 222,26	2 643 222,26	0,00	100,00%	100,00%	100,00%
	OUTRAS RECEITAS	2 644 320,26	2 649 784,67	5 464,41	100,21%	100,01%	100,34%
	TOTAL DE RECEITAS	13 853 318,26	6 470 715,15	-7 382 603,11	46,71%	58,85%	91,17%

Mapa 3 – Indicadores de Análise da evolução da Receita

Rádios de estrutura da receita	jun/18	jun/17
Receitas próprias / Receita total	57,74%	63,93%
Transferências recebidas / Receita Total	42,26%	36,07%
Passivos Financeiros / Receita Total	0,00%	0,00%
Passivos Financeiros / Despesa Total	0,00%	0,00%
Passivos Financeiros / Serviço da Dívida	0,00%	0,00%



Mapa 4 – Indicadores de Análise da evolução da Despesa

Rádios de estrutura da despesa	Considerando despesa paga		Considerando despesa comprometida	
	jun/18	jun/17	jun/18	jun/17
Receita total / Despesa total	195,02%	191,89%	114,96%	99,67%
Receita corrente / Despesa corrente	117,70%	122,33%	72,74%	76,22%
Receita capital / Despesa capital	105,96%	35,34%	53,49%	11,52%
Despesa Pessoal / Despesa Total	39,14%	38,84%	46,94%	39,83%
Aq. Bens Serviços / Despesa Total	32,14%	32,30%	22,77%	21,15%
Aq. Bens Capital / Despesa Total	13,91%	12,64%	15,48%	23,99%
Serviço da Dívida / Despesa Total	5,59%	5,52%	6,75%	6,06%
Receitas próprias / Despesa Total	112,60%	122,67%	66,38%	63,71%
Transferências recebidas / Despesa Total	82,42%	69,23%	48,58%	35,96%
Juros e outros encargos / Despesa Total	0,17%	0,22%	0,21%	0,26%

6. Os mapas evidenciam diminuições nos graus de execução da receita (12,14 pontos percentuais) e da despesa (6,72 pontos percentuais), apesar do aumento dos respetivos valores nominais, com mais 68,4 mil euros de despesa paga e 235,1 mil euros de receita líquida cobrada, em termos homólogos. No lado da despesa, a diminuição do grau de execução deve-se ao facto do valor orçamentado para 2018 (13,8 milhões de euros) ser superior ao orçamentado para 2017 (10,6 milhões de euros). No lado da receita, verifica-se idêntica situação.
7. Em termos de receita destaca-se uma vez mais a ausência de receitas com passivos financeiros, pelo facto do Município não ter recorrido a endividamento bancário no período em análise.
8. Os indicadores revelam evolução negativa das receitas próprias e do seu grau de cobertura global sobre as despesas totais, principalmente pela influência da vertente de capital (que registou um aumento homólogo das transferências de capital na ordem de 460 mil euros).
9. A despesa comprometida até 30 de junho de 2018 mostrava-se inferior em cerca de 842 mil euros em relação à receita cobrada, quando na mesma data de 2017 se verificava uma diferença de sinal inverso na ordem de 21 mil euros. Na origem desta variação encontra-se a relevante diminuição homóloga de compromissos de aquisições de bens de capital (menos 630 mil euros). Não obstante, realçamos que este indicador só pode ser analisado em termos homólogos, com rigor, no final do exercício (porque já existem compromissos assumidos para o segundo semestre).

ANÁLISE ECONÓMICA

10. Os custos e os proveitos revelam os valores e a evolução a seguir representados:



Mapa 5 – Estrutura dos Proveitos e Ganhos (em Euros)

Proveitos e Ganhos		jun/18	%	jun/17	%	dez/17	%
Cl.	Designação						
71	Vendas e prestações de serviços	27 478,28	1,10%	34 997,90	1,43%	72 166,95	2,95%
72	Impostos e taxas	76 178,91	3,04%	57 208,38	2,34%	1 601 238,62	65,51%
73	Proveitos Suplementares	833,35	0,03%	4 100,91	0,17%	6 610,13	0,27%
74	Transferências e subsídios obtidos	2 212 165,08	88,42%	2 178 915,92	89,14%	4 453 310,20	182,20%
75	Trabalhos para a própria entidade	10 687,06	0,43%	0,00	0,00%	131 659,71	5,39%
76	Outros proveitos e ganhos operacionais	15 791,31	0,63%	14 758,97	0,60%	29 964,27	1,23%
78	Proveitos e ganhos financeiros	83 776,46	3,35%	149 404,22	6,11%	295 704,34	12,10%
79	Proveitos e ganhos extraordinários	74 931,86	3,00%	4 860,89	0,20%	589 881,25	24,13%
TOTAL DE PROVEITOS		2 501 842,31	100,00%	2 444 247,19	100,00%	7 180 535,47	100,00%

Mapa 6 – Estrutura dos Custos e Perdas (em Euros)

Custos e Perdas		jun/18	%	jun/17	%	dez/17	%
Cl.	Designação						
61	Custo mercadorias vendidas e matérias consumidas	57 527,63	2,23%	120 019,18	4,80%	324 799,23	12,99%
62	Fornecimentos e serviços externos	994 815,09	38,49%	984 706,74	39,40%	2 014 612,74	80,60%
63	Transf. e subsíd. corr. conced. e prest. sociais	208 956,05	8,09%	182 061,75	7,28%	374 428,08	14,98%
64	Custos com o pessoal	1 110 471,02	42,97%	1 070 067,12	42,81%	2 386 775,45	95,49%
65	Outros custos e perdas operacionais	4 198,56	0,16%	20 465,45	0,82%	23 254,57	0,93%
66	Amortizações do exercício	0,00	0,00%	0,00	0,00%	2 989 105,17	119,59%
67	Provisões do exercício	0,00	0,00%	0,00	0,00%	103 500,00	4,14%
68	Custos e perdas financeiros	3 994,01	0,15%	3 856,55	0,15%	13 041,51	0,52%
69	Custos e perdas extraordinários	204 368,21	7,91%	118 276,49	4,73%	303 366,15	12,14%
TOTAL DE CUSTOS		2 584 330,57	100,00%	2 499 453,28	100,00%	8 532 882,90	100,00%

11. A análise da demonstração de resultados intercalar não apresenta obviamente o mesmo rigor que se verifica no final de cada exercício económico, uma vez que neste período intercalar não se promove a especialização contabilística dos custos e proveitos nem a contabilização das amortizações, cingindo-se a nossa análise meramente aos registos efetuados na contabilidade até 30 de junho.
12. O principal elemento a destacar nesta análise respeita à ausência de cálculo das amortizações semestrais do imobilizado, cujo valor se estima em aproximadamente 1,5 milhões de euros. Considerando este e outros custos não especializados no semestre, estima-se um resultado intercalar negativo, não obstante também se encontrar ausente a estimativa de relevantes proveitos que só são reconhecidos no final do exercício, como impostos (cerca de 800 mil euros) e subsídios ao investimento (265 mil euros). A previsão de um desempenho económico negativo estende-se ao final do exercício. Apesar de não estarem refletidas na projeção de resultados intercalar, as amortizações continuarão a constituir o maior peso na estrutura de custos do Município com preponderante influência no sinal negativo dos resultados anuais.
13. Do lado dos proveitos verificou-se um aumento homólogo de 58 mil euros, que não consideramos relevante, sucedendo evolução idêntica nos gastos, com um acréscimo de 85 mil euros.



[Handwritten signature]

14. A estrutura da demonstração de resultados, tanto nos proveitos como nos gastos, mantém-se sem relevantes alterações qualitativas em termos homólogos.

ANÁLISE FINANCEIRA

15. As dívidas a receber e a pagar revelam os valores e a evolução a seguir representados:

Mapa 7 – Dívidas de terceiros (em Euros)

Classif.	Designação	jun/18	%	jun/17	%	dez/17	%
211+212+213	Clientes, contribuintes e utentes c/c	4741,76	100,00%	1 614,02	86,59%	2 292,18	100,00%
218	Clientes, contribuintes e utentes de cob. duvidosa	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00%
24	Estado e outros entes públicos	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00%
264	Administração Autárquica	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00%
262+263+267+268	Outros Devedores	0,00	0,00%	250,00	13,41%	0,00	0,00%
28	Empréstimos concedidos	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00%
	Total Curto Prazo	4741,76	100,00%	1 864,02	100,00%	2 292,18	100,00%
	Total Médio Longo Prazo	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00%
	TOTAL DE DÍVIDAS DE TERCEIROS	4741,76	100,00%	1 864,02	100,00%	2 292,18	100,00%

Mapa 8 – Dívidas a terceiros (em Euros)

Classif.	Designação	jun/18	%	jun/17	%	dez/17	%
2311	Empréstimos de curto prazo	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00%
221	Fornecedores c/c	59 520,16	2,10%	70 569,68	2,13%	69 346,53	2,25%
228	Fornecedores - Facturas em recepção e conferência	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00%
217	Clientes e utentes c/cauções	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00%
219	Adiantamentos de clientes, contribuintes e utentes	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00%
2611	Fornecedores de imobilizado c/c	64 760,92	2,29%	24 240,46	0,73%	20 352,09	0,66%
2618	F. Imobilizado - Facturas em recepção e conferência	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00%
24	Estado e outros entes públicos	31 971,99	1,13%	31 003,99	0,93%	19 027,88	0,62%
264	Administração Autárquica	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00%
262+263+267+268	Outros credores	246 579,83	8,71%	380 318,73	11,45%	357 803,36	11,61%
	Total Curto Prazo	402 832,90	14,22%	506 132,86	15,24%	466 529,86	15,14%
2312	Dívidas a Instituições de crédito	2 429 561,69	85,78%	2 814 708,67	84,76%	2 615 071,19	84,86%
2689	Outros credores	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00%
	Total Médio Longo Prazo	2 429 561,69	85,78%	2 814 708,67	84,76%	2 615 071,19	84,86%
	TOTAL DE DÍVIDAS A TERCEIROS	2 832 394,59	100,00%	3 320 841,53	100,00%	3 081 601,05	100,00%

16. O mapa de dívidas de terceiros não acusa uma variação relevante em termos homólogos. Além disso, os próprios saldos não possuem relevância no balanço municipal.

17. Por outro lado, ao nível das dívidas a terceiros, verifica-se um relevante decréscimo homólogo, principalmente nas dívidas a instituições de crédito, que mantém a tendência de redução já verificada em períodos anteriores.

**RÁCIOS**

18. Apresentamos uma análise dos principais rácios face ao final do exercício anterior:

Rátios	Fórmula	30/06/2018		31/12/2017		Observações
Autonomia Financeira	Fundos Próprios **	11 884 700,94 €	50,51%	11 852 076,85 €	50,41%	A autonomia financeira não registou uma variação relevante neste período. Mantém-se num nível adequado.
	Ativo Líquido Total **	23 528 961,13 €		23 511 122,75 €		
Endividamento	Passivo *	3 064 732,15 €	13,03%	3 600 511,23 €	15,31%	O endividamento diminuiu, essencialmente, pelas amortizações de capital dos empréstimos. Não foram contraídos novos empréstimos.
	Ativo Líquido Total **	23 528 961,13 €		23 511 122,75 €		
Solvabilidade	Fundos Próprios **	11 884 700,94 €	387,79%	11 852 076,85 €	329,18%	A solvabilidade do Município está num nível muito satisfatório tendo aumentado, inclusivamente, em relação ao ano anterior.
	Passivo *	3 064 732,15 €		3 600 511,23 €		
Rácio de Alavanca	Passivo M/L Prazo	2 429 561,69 €	20,44%	2 615 071,19 €	22,06%	A redução justifica-se com as amortizações dos financiamentos.
	Fundos Próprios **	11 884 700,94 €		11 852 076,85 €		
Peso do Ativo M/L Prazo	Ativo M/L Prazo **	19 944 661,10 €	84,77%	19 677 341,72 €	83,69%	O peso do ativo de médio e longo prazo continua a ser significativo, tendo-se verificado, inclusivamente, um ligeiro aumento.
	Ativo líquido Total **	23 528 961,13 €		23 511 122,75 €		
Peso das Existências	Existências	244 753,30 €	1,04%	159 415,18 €	0,68%	As existências mantêm um valor irrelevante e peso reduzido no ativo.
	Ativo líquido Total **	23 528 961,13 €		23 511 122,75 €		
Liquidez Geral	Ativo C/ prazo	3 584 300,03 €	564,31%	3 833 781,03 €	389,04%	A liquidez continua bastante satisfatória, tendo-se verificado, inclusivamente, um aumento em ambos os indicadores no período.
	Passivo C/ prazo *	635 170,46 €		985 440,04 €		
Liquidez Reduzida	(Ativo C/ prazo - Existências)	3 339 546,73 €	525,77%	3 674 365,85 €	372,87%	
	Passivo C/ prazo *	635 170,46 €		985 440,04 €		

* expurgado o saldo da conta 2745 - Subsídios ao Investimento

** expurgados os bens de domínio público

CUMPRIMENTO DE OBRIGAÇÕES LEGAIS

19. No âmbito da Lei das Finanças Locais – Título II, Capítulo V, verifica-se que:

- É cumprido o limite previsto no art.º 52.º - *Limite da dívida total*. De acordo com os cálculos efetuados, tendo em conta o art.º 54.º - *Entidades relevantes para efeitos de limite da dívida total*, o limite da dívida total, para o ano de 2018, situa-se na ordem dos 4.201 milhares de euros (por força do n.º 3 do art.º 52.º que impede aumento de 20% em caso de cumprimento do limite), sendo que à data de 30 de junho de 2018, a dívida total ascendia a cerca de 2.946 milhares de euros, apurando-se assim uma margem de 1.255 milhares de euros.
- É cumprido o art.º 50.º - *Empréstimos de curto prazo*. Não foram contraídos empréstimos de curto prazo no decorrer do 1.º semestre de 2018.
- É cumprido o art.º 51.º - *Empréstimos de médio e longo prazo*, dado que não foram contraídos novos empréstimos de médio e longo prazo no decorrer do 1.º semestre de 2018.



A. Figueiredo Lopes, M. Figueiredo & Associados, SROC, Lda

20. No âmbito da Lei das Finanças Locais - Título IV, verificámos o cumprimento do art.º 78.º - *Deveres de informação*, com o reporte dentro da data limite da informação na aplicação informática SIAL.

21. No âmbito da Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso, verifica-se:

- a) A inexistência de Pagamentos em Atraso no período de 1 de janeiro a 30 de junho de 2018.
- b) Tendo por base a informação submetida no SIAL e os cálculos auxiliares efetuados, a existência de Fundos Disponíveis, nos meses de janeiro a junho de 2018.
- c) É cumprido o n.º 4 do artigo 7.º do DL n.º 127/2012, com a manutenção de registos informáticos permanentemente atualizados dos fundos disponíveis para todo o processo de cálculo.

22. Verificámos o cumprimento do princípio de equilíbrio orçamental consagrado no ponto 3.1.1 do POCAL, considerando que as receitas correntes se mostram superiores às despesas correntes em cerca de 460 mil euros.

23. Verificámos o cumprimento das obrigações fiscais e parafiscais no período analisado.

Viseu, 16 de novembro de 2018

O Revisor Oficial de Contas

A. Figueiredo Lopes, M. Figueiredo & Associados, SROC, Lda.

Representada por Marco António da Costa e Dias, ROC n.º 1616

Registado na CMVM com o n.º 20161226